



Comunicado

LSEG Data & Analytics>bcp.ls • Exchange>BCP
Bloomberg>bcp pl • ISIN • PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

6 de maio de 2026

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de março de 2026

Servir a Economia e Gerar Valor

Rendibilidade

- **Resultado líquido do Grupo de 305,8 milhões de euros** no primeiro trimestre de 2026, correspondendo a um **aumento de 25,6%** face ao período homólogo do ano anterior (243,5 milhões de euros). Este desempenho traduziu-se num **ROE de 15,9%** (13,9% no primeiro trimestre de 2025) e **reflete a capacidade do Banco em gerar valor**.
- **Resultado líquido da atividade em Portugal** situou-se nos **265,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026**, correspondendo a um **aumento de 21,2%** face ao período homólogo do ano anterior (218,9 milhões de euros).
- **Resultado líquido¹ das operações internacionais registou um aumento de 65,0%**, tendo ascendido a **77,7 milhões de euros** no primeiro trimestre de 2026, que compara com 47,1 milhões de euros alcançados no primeiro trimestre de 2025. Destaque para o **Bank Millennium** que registou um **resultado líquido de 71,2¹ milhões de euros**, correspondendo a **uma variação de 67,8%²** face ao primeiro trimestre de 2025. Esta evolução reflete em grande medida a **redução de 61,4%³ nos encargos associados à carteira de créditos hipotecários em francos suíços** que, nos primeiros três meses do ano, se situaram nos **50,1 milhões de euros**.

Modelo de negócio

- Sólidos rácios de capital, **CET1⁴ de 15,1% e rácio de capital total⁴ de 19,3%**, já **após a dedução do valor máximo de distribuição a acionistas** referente ao resultado líquido de 2025, o qual reflete uma repartição de **50%** na forma de **dividendos (509,3 milhões de euros)** e de **40%** através da **recompra de ações próprias (407,5 milhões de euros)**.
- **Indicadores de liquidez⁵ do Grupo mantêm-se significativamente acima dos requisitos regulamentares**. LCR: 319%; NSFR: 179% e LtD: 68%. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 30 mil milhões de euros.
- **Crédito a Clientes no Grupo aumenta 7,2%** para 63,4 mil milhões de euros **e recursos totais de Clientes crescem 7,9%** para 112,8 mil milhões de euros face a março de 2025. **Em Portugal, o crédito a Clientes aumentou 9,6%** e os **recursos totais de Clientes aumentaram 6,3%**. **Crédito a empresas no Bank Millennium regista um acréscimo de 26,5%⁶** face a março de 2025.
- **Ativos não produtivos com redução** expressiva, com destaque para o decréscimo de **238 milhões de euros em NPE** no Grupo face a março de 2025.
- **Custo do risco do Grupo situou-se nos 35 p.b.** no primeiro trimestre de 2026, que compara com 38 p.b. no período homólogo do ano anterior. **Em Portugal**, o custo do risco situou-se nos **33 p.b.** no primeiro trimestre de 2026 em linha com o registado no período homólogo do ano anterior.
- **Clientes ativos aumentam 5%** face à mesma data do ano anterior, situando-se nos 7,4 milhões. Clientes *mobile* aumentam 8% e representam 75% da base de Clientes em março de 2026.

O BCP recebeu a permissão por parte das autoridades competentes à proposta de recompra de ações equivalente a 40% (407,5 milhões de euros) do resultado líquido anual de 2025.

¹ Antes de interesses que não controlam. ² Sem efeito cambial, 66,3% com efeito cambial. ³ Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal. Não inclui as provisões relacionadas com a carteira de créditos hipotecários em CHF do Euro Bank (garantida por entidade terceira). Antes de impostos, interesses que não controlam e sem efeito cambial (61,7% com efeito cambial). ⁴ Rácio *fully implemented* estimado (mar. 2026) incluindo **10%** do resultado líquido não auditado do 1T26. Sem considerar qualquer distribuição, o rácio CET1 *proforma* é de **15,7%**. ⁵ *Liquidity Coverage Ratio* (LCR); *Net Stable Funding Ratio* (NSFR); *Loans to Deposits Ratio* (LtD). ⁶ De acordo com a classificação local.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.

Capital Social: 3.000.000.000 euros.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial

do Porto com o número único de matrícula e de

identificação fiscal 501525882.

LEI: JU1U650DG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	31 mar. 26	31 mar. 25 (reexpresso ²)	Var. 26/25
BALANÇO			
Ativo total	111.070	104.294	6,5 %
Situação líquida	9.668	8.549	13,1 %
Crédito a clientes (líquido)	62.028	57.742	7,4 %
Recursos totais de clientes	112.807	104.576	7,9 %
Recursos de clientes de balanço	92.284	86.415	6,8 %
Depósitos e outros recursos de clientes	90.731	85.096	6,6 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes	68,4 %	67,9 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	67,2 %	66,8 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	738,4	721,1	2,4 %
Produto bancário	983,0	909,1	8,1 %
Custos operacionais	354,9	339,7	4,5 %
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	354,3	339,6	4,3 %
Resultados de modificações	(0,4)	(4,2)	91,3 %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	55,9	55,6	0,4 %
Outras imparidades e provisões	91,8	131,4	(30,1 %)
Impostos sobre lucros	136,9	112,2	22,0 %
Resultado líquido	305,8	243,5	25,6 %
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	1,3 %	1,0 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	15,9 %	13,9 %	
Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (ROTE)	16,6 %	14,5 %	
Taxa de margem financeira	2,86 %	3,00 %	
Rácio de eficiência core (3)	37,0 %	36,8 %	
Rácio de eficiência	36,1 %	37,4 %	
Rácio de eficiência (3)	36,0 %	37,4 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (3)	30,5 %	33,9 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (3)	19,9 %	20,7 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	35	38	
<i>Non-Performing Exposures</i> (crédito) / Crédito a clientes	2,3 %	2,9 %	
Imparidade total do crédito (balanço) / NPE (crédito)	94,3 %	82,6 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	1,7 %	2,4 %	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	319 %	354 %	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	179 %	180 %	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	15,3 %	16,1 %	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	15,1 %	15,9 %	
Rácio <i>total fully implemented</i>	19,3 %	20,0 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	388	397	(2,3 %)
Atividade internacional	782	800	(2,3 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.043	6.229	(3,0 %)
Atividade internacional (5)	9.669	9.487	1,9 %

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no Glossário.

(2) No segundo trimestre de 2025, foram reclassificadas algumas comissões, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. O impacto no primeiro trimestre de 2025 foi de +0,3 milhões de euros em comissões associadas a cartões e transferências de valores, em contrapartida de -0,4 milhões de euros em comissões de gestão e manutenção de contas e de +0,1 milhões de euros em outras comissões bancárias. O montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores manteve-se inalterado.

No segundo trimestre de 2025, o Banco procedeu à reclassificação de operações de crédito titulado, anteriormente incluídas na Carteira de títulos (Títulos de dívida detidos não associados a operações de crédito) passando a reconhecê-las como Crédito a clientes (Títulos de dívida detidos associados a operações de crédito). Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com a reclassificação efetuada, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados (impacto de 1.173 milhões de euros antes de imparidade em março de 2025). A imparidade de balanço associada a estas operações totalizava 3 milhões de euros em março de 2025, pelo que o impacto líquido de imparidade na carteira de Crédito a clientes e na Carteira de títulos foi de 1.170 milhões de euros. Esta reclassificação contabilística conduziu também à reclassificação dos respetivos resultados, nomeadamente entre outras imparidades e provisões e imparidade do crédito (0,2 milhões de euros em março de 2025). Os resultados provenientes destas operações, associados quer à margem financeira quer aos resultados em operações financeiras, foram igualmente reclassificados, pese embora o montante total de cada uma das rubricas não tenha sofrido alterações face aos montantes divulgados em períodos anteriores.

A partir de março de 2026, os ativos com acordo de recompra (*reverse repos*) passaram a ser excluídos do agregado Crédito a clientes, de acordo com os critérios de gestão adotados pelo Banco. Os valores históricos estão apresentados de acordo com a reclassificação efetuada, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. Os impactos em março de 2026 e março de 2025 são de 532 milhões de euros e de 108 milhões de euros, respetivamente.

Todos os indicadores associados às reclassificações acima referidas foram reexpressos em conformidade.

(3) Exclui o impacto dos itens específicos: impacto negativo de 0,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026 e impacto também negativo no montante de 0,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025. Em ambos os períodos, os itens específicos foram reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal e incluem custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com indemnizações.

(4) Os rácios de capital com referência a 31 de março de 2026 são estimados, incluindo 10% dos resultados líquidos acumulados no período (não auditados).

(5) Dos quais, na Polónia: 7.000 colaboradores em 31 de março de 2026 (correspondendo a 6.885 FTE - *full-time equivalent*) e 6.847 colaboradores em 31 de março de 2025 (correspondendo a 6.726 FTE - *full-time equivalent*).

A análise das operações internacionais está de acordo com as contas consolidadas do Grupo, podendo existir diferenças face às contas divulgadas localmente.

INSTRUÇÃO N.º 16/2004 DO BANCO DE PORTUGAL

Na sequência da publicação da instrução n.º 17/2025 do Banco de Portugal, que altera a instrução n.º 16/2004, relativa aos indicadores a utilizar pelas instituições de crédito na divulgação de informação ao público, foram incluídos na tabela abaixo os referidos indicadores calculados de acordo com o disposto na versão da instrução em vigor.

Esta alteração visa alinhar os indicadores a divulgar ao público com as definições e os critérios usados pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), designadamente associando as fórmulas de cálculo desses indicadores a elementos específicos do modelo de reporte de informação financeira/contabilística para fins de supervisão (FINREP - *Common Reporting Framework*). Assim, contrariamente à restante informação divulgada neste comunicado, que considera o perímetro de consolidação integral, estes indicadores são calculados de acordo com o perímetro prudencial.

INDICADORES DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO N.º 16/2004 DO BANCO DE PORTUGAL, NA VERSÃO VIGENTE

	31 mar. 26	31 mar. 25
RENDIBILIDADE		
Resultado líquido / Ativo total	1,2 %	1,0 %
Produto bancário / Ativo total	3,7 %	3,6 %
Resultado líquido / Capitais próprios	14,7 %	12,7 %
EFICIÊNCIA		
Rácio <i>Cost-to-income</i>	34,9 %	36,3 %
Custos com o pessoal / Produto bancário	19,3 %	20,0 %
TRANSFORMAÇÃO		
Empréstimos e adiantamentos a sociedades não financeiras e a particulares / Depósitos de sociedades não financeiras e particulares	64,7 %	64,4 %

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

No primeiro trimestre de 2026, o resultado líquido consolidado ascendeu a 305,8 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 25,6% face aos 243,5 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior e a uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo de 15,9% (13,9% no primeiro trimestre de 2025).

O crescimento do resultado líquido do Grupo face ao primeiro trimestre de 2025 beneficiou maioritariamente do desempenho favorável da atividade em Portugal, refletindo também um maior contributo da atividade internacional face ao primeiro trimestre do ano anterior.

Em comparação com o primeiro trimestre de 2025, o resultado líquido consolidado beneficiou da evolução favorável dos proveitos *core*, dos resultados em operações financeiras e dos outros proveitos de exploração líquidos. Os resultados de modificações e os resultados por equivalência patrimonial também evoluíram favoravelmente, pese embora com um impacto menos expressivo no desempenho do resultado líquido do Grupo. Por outro lado, a redução das imparidades e provisões contribuiu largamente para o crescimento verificado face ao primeiro trimestre do ano anterior. Em contrapartida, no mesmo período, registou-se um aumento dos custos operacionais.

Os proveitos *core* cresceram 3,7% (+33,9 milhões de euros) para 956,3 milhões de euros no final do primeiro trimestre do ano corrente, refletindo o desempenho favorável quer da margem financeira quer das comissões líquidas. Com efeito, a margem financeira situou-se 2,4% (+17,3 milhões de euros) acima do montante alcançado no primeiro trimestre de 2025, ascendendo a 738,4 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026, com o impacto do crescimento registado na atividade em Portugal a ser atenuado pelo menor contributo da atividade internacional face ao primeiro trimestre de 2025. As comissões líquidas do Grupo, por sua vez, influenciadas sobretudo pela evolução da atividade em Portugal, apresentaram uma subida, de 8,2% (+16,6 milhões de euros), face ao primeiro trimestre do ano anterior, totalizando 218,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026.

O aumento significativo dos resultados em operações financeiras do Grupo, de 29,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025 para 49,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026 (+68,6%; +20,3 milhões de euros), foi determinado pelo maior contributo da atividade em Portugal face ao período homólogo do ano anterior. Na atividade internacional os resultados em operações financeiras foram inferiores aos registados no primeiro trimestre de 2025.

Os outros proveitos de exploração líquidos também contribuíram favoravelmente para a evolução do resultado líquido do Grupo face ao primeiro trimestre de 2025, ao passar de 56,3 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2025, para 38,8 milhões de euros também negativos no primeiro trimestre de 2026 (+17,5 milhões de euros). Este desempenho, decorreu do desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca, que apesar do acréscimo registado nos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que está sujeita, registou entre outras, uma evolução favorável dos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos nesta rubrica.

Globalmente, o impacto antes de impostos e interesses que não controlam associado à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca continuou a condicionar os resultados do Grupo, apesar da redução de 61,7%, ao evoluir de um custo de 130,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025 para um custo de 50,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026.

Apesar de pouco expressivos, os resultados de modificações, reconhecidos exclusivamente na subsidiária polaca, também contribuíram para o desempenho favorável do resultado líquido do Grupo, ao evoluir de 4,2 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2025 para 0,4 milhões de euros também negativos no final do primeiro trimestre do ano corrente (+3,8 milhões de euros), influenciados pela inexistência, no primeiro trimestre de 2026,

de custos associados a modificações contratuais negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira.

Os resultados por equivalência patrimonial também foram superiores (+17,2%) face aos verificados no primeiro trimestre do ano anterior, totalizando 15,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026.

As imparidades e provisões registaram uma diminuição significativa, decorrente da evolução das outras imparidades e provisões, uma vez que, em termos consolidados, a imparidade do crédito se manteve em linha com o montante apurado no primeiro trimestre de 2025, totalizando 55,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026 (+0,4%; +0,2 milhões de euros). As outras imparidades e provisões, por sua vez, diminuíram 30,1% (-39,5 milhões de euros), ascendendo a 91,8 milhões de euros no final de março de 2026. O contributo da atividade internacional foi determinante nesta evolução, não obstante o aumento registado na atividade em Portugal.

A evolução do resultado líquido consolidado face ao primeiro trimestre de 2025 foi também influenciada pelo aumento de 4,5% (+15,2 milhões de euros) dos custos operacionais, para 354,9 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026, não obstante a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos por parte do Grupo.

No primeiro trimestre de 2026, o resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 601,4 milhões de euros, crescendo 3,2% face ao montante alcançado no período homólogo do ano anterior, com o aumento registado nos proveitos *core* a superar o aumento dos custos operacionais.

A análise efetuada anteriormente não exclui o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Em ambos os períodos, o impacto dos itens específicos, antes de impostos e interesses que não controlam, foi negativo, no montante de 0,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026 e de 0,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025. Excluindo o impacto dos itens específicos em ambos os períodos, o resultado operacional *core* do Grupo situou-se 3,3% acima do patamar alcançado no primeiro trimestre de 2025.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido do primeiro trimestre de 2026 ascendeu a 265,4 milhões de euros, crescendo 21,2% face aos 218,9 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior.

Para a evolução favorável do resultado líquido na atividade em Portugal contribuiu em larga medida o aumento dos proveitos *core*, de 473,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, para 518,1 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Esta evolução decorreu sobretudo do aumento de 9,8% (+31,9 milhões de euros) na margem financeira, para 357,7 milhões de euros no final de março do ano corrente. As comissões líquidas, por sua vez, cresceram 8,5% (+12,6 milhões de euros) no mesmo período, para um total de 160,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026.

O resultado líquido da atividade em Portugal foi também influenciado de forma favorável pelo aumento significativo dos resultados em operações financeiras (+24,1 milhões de euros face ao primeiro trimestre de 2025) que totalizaram 37,4 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente.

Ainda que de forma menos expressiva, quer os outros proveitos de exploração líquidos, que passaram de 2,0 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2025 para um proveito de 5,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026 (+7,8 milhões de euros), quer os resultados por equivalência patrimonial que totalizaram 14,4 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026 (+16,0%, +2,0 milhões de euros) evoluíram favoravelmente face ao período homólogo do ano anterior.

Por outro lado, o resultado líquido na atividade em Portugal foi influenciado pelo aumento das imparidades e provisões, sobretudo pelas outras imparidades e provisões que aumentaram de 5,1 milhões de euros para 15,6 milhões de euros no final de março de 2026, mas também pelo aumento de 7,2% da imparidade do crédito (+2,4 milhões de euros para 35,8 milhões de euros no final de março de 2026).

Os custos operacionais, por sua vez aumentaram 4,5% (+7,6 milhões de euros), totalizando 176,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026. Excluindo o impacto dos itens específicos, o aumento dos custos operacionais na atividade em Portugal foi de 4,2%.

O impacto conjunto da evolução dos proveitos *core* e dos custos operacionais, na atividade em Portugal, traduziu-se num crescimento de 12,1% do resultado operacional *core*, para 341,9 milhões de euros no primeiro

trimestre de 2026. Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, o resultado operacional *core* na atividade em Portugal aumentou 12,3%.

Na atividade internacional, o resultado líquido evoluiu de forma bastante positiva face ao primeiro trimestre do ano anterior, totalizando 40,4 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026, o que corresponde a um aumento de 64,6% face aos 24,5 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, devido sobretudo ao impacto dos melhores resultados obtidos pelo Bank Millennium na Polónia.

Com efeito, o resultado líquido do Bank Millennium ascendeu a 71,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, evidenciando um crescimento significativo de 66,3% face aos 42,8 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior. Este desempenho foi influenciado pela redução do montante global dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira. Nesta análise, importa referir o aumento da taxa de imposto sobre os rendimentos dos bancos na Polónia de 19% em 2025 para 30% em 2026.

No que respeita ao Millennium bim em Moçambique, o resultado líquido apresentado ascendeu a 5,5 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026, tendo-se mantido condicionado pelo reforço de provisões associadas à exposição ao risco soberano do País.

O contributo da operação angolana para os resultados da atividade internacional, através da apropriação dos resultados do Banco Millennium Atlântico reconhecidos em resultados por equivalência patrimonial, ascendeu a 1,1 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente, +0,4 milhões de euros do que no mesmo período do ano anterior.

O resultado operacional *core* da atividade internacional fixou-se em 259,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, situando-se 6,6% abaixo do montante alcançado no período homólogo do ano anterior, sobretudo por causa da evolução da margem financeira da operação polaca, que apesar do forte crescimento registado nos volumes, foi impactada pela forte redução das taxas de juro (taxa média WIBOR 3 meses no primeiro trimestre de 2025 de 5,86% e de 3,87% no primeiro trimestre de 2026).

MARGEM FINANCEIRA

No primeiro trimestre de 2026, a margem financeira do Grupo ascendeu a 738,4 milhões de euros, situando-se 2,4% acima do montante alcançado no período homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete o desempenho favorável da atividade em Portugal, cujo impacto foi atenuado pela redução da margem financeira da atividade internacional, quando comparada com o montante obtido no primeiro trimestre de 2025.

Com efeito, na atividade em Portugal, a margem financeira totalizou 357,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, aumentando 9,8% face ao montante apurado no primeiro trimestre de 2025.

A redução dos custos de *funding* e o maior rendimento gerado pela carteira de dívida pública compensaram em grande medida o menor rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, pela carteira de títulos excluindo a carteira de dívida pública e pelas aplicações no Banco de Portugal.

A evolução das taxas de juro no último ano permitiu que os custos associados à remuneração dos depósitos de clientes diminuíssem face ao primeiro trimestre de 2025, tendo o aumento do saldo médio dos depósitos remunerados, face ao primeiro trimestre de 2025, tido um impacto pouco expressivo na evolução da margem financeira.

A evolução da margem financeira beneficiou igualmente da redução dos custos suportados com a dívida emitida e passivos subordinados, influenciada não só pela descida das taxas de juro aplicadas, como também pela gestão ativa e eficiente da dívida, com otimização das condições de financiamento.

O aumento do rendimento gerado pela carteira de títulos de dívida pública também contribuiu de forma favorável para a evolução da margem financeira face ao primeiro trimestre de 2025.

Em contrapartida, a redução do rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes face ao primeiro trimestre do ano anterior reflete acima de tudo a redução das taxas de juro, tendo o aumento verificado no saldo médio da carteira sido insuficiente para mitigar esse efeito.

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 380,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, situando-se 3,7% abaixo dos 395,2 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2025.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira passou de 3,00% no primeiro trimestre de 2025 para 2,86% no primeiro trimestre de 2026, refletindo a descida mais acentuada registada na atividade internacional.

Com efeito, na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira, influenciada principalmente pela redução dos custos de financiamento da atividade, evoluiu de 2,12% no primeiro trimestre de 2025, para 2,20% no mesmo período do ano corrente.

A taxa de margem financeira na atividade internacional, por sua vez, evoluiu de 4,55% no primeiro trimestre de 2025, para 3,95% no primeiro trimestre de 2026, refletindo maioritariamente a redução neste indicador registada na subsidiária na Polónia. Importa referir que o banco central da Polónia reduziu as taxas de referência seis vezes em 2025 (em maio, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro), e também em março do ano corrente, correspondendo a uma redução acumulada de 200 pontos base (de 5,75% no início de 2025 para 3,75% em março de 2026). O aumento das aplicações de liquidez em títulos de dívida pública resultantes do crescimento dos depósitos de clientes, embora contribuindo positivamente para a margem financeira, reflete-se numa redução da taxa de margem financeira face ao primeiro trimestre do ano anterior.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, evoluíram de 13,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, para 15,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, refletindo sobretudo o contributo da atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, apesar de não ter sido registado nenhum montante nem no primeiro trimestre de 2025 nem no primeiro trimestre de 2026 relativo a rendimentos de instrumentos de capital, os resultados por equivalência patrimonial evoluíram favoravelmente de 12,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, para 14,4 milhões de euros no mesmo período do ano corrente.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, totalizaram 1,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, evoluindo favoravelmente face aos 1,1 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior, devido sobretudo à apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico em Angola que passaram de 0,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025 para 1,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026.

COMISSÕES LÍQUIDAS

No primeiro trimestre de 2026, as comissões líquidas totalizaram 218,0 milhões de euros, apresentando um crescimento de 8,2% face aos 201,4 milhões de euros registados no primeiro trimestre do ano anterior, devido principalmente ao desempenho da atividade em Portugal, mas beneficiando também do crescimento verificado na atividade internacional.

Em termos consolidados, quer as comissões bancárias, quer as comissões relacionadas com os mercados financeiros situaram-se acima do montante apurado no primeiro trimestre de 2025.

Com efeito, as comissões bancárias do Grupo situaram-se 6,1% (+10,4 milhões de euros) acima do montante apurado no primeiro trimestre de 2025, ascendendo a 180,9 milhões de euros no final do primeiro trimestre do ano corrente, enquanto as comissões relacionadas com os mercados financeiros aumentaram 19,8% (+6,1 milhões de euros), totalizando 37,1 milhões de euros, no final de março de 2026.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	3M26	3M25 reexpresso	Var. 26/25
COMISSÕES BANCÁRIAS	180,9	170,5	6,1%
Cartões e transferências de valores	66,7	61,7	8,1%
Crédito e garantias	33,7	33,1	1,9%
<i>Bancassurance</i>	39,4	33,4	18,0%
Gestão e manutenção de contas	40,8	40,7	0,2%
Outras comissões	0,3	1,6	(79,1%)
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	37,1	30,9	19,8%
Operações sobre títulos	11,5	9,2	25,0%
Gestão e distribuição de ativos	25,5	21,7	17,7%
	218,0	201,4	8,2%
das quais:			
Atividade em Portugal	160,4	147,8	8,5%
Atividade internacional	57,6	53,6	7,4%

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas totalizaram 160,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, correspondendo a um crescimento de 8,5% face aos 147,8 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2025.

Tanto as comissões relacionadas com o negócio bancário, que totalizaram 133,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, como as comissões relacionadas com os mercados, que totalizaram 26,4 milhões de euros no mesmo período, evoluíram favoravelmente no último ano, apresentando crescimentos de 7,1% (+8,9 milhões de euros) e de 16,2% (+3,7 milhões de euros) respetivamente.

O desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário na atividade em Portugal beneficiou da evolução favorável da generalidade das comissões, nomeadamente no que respeita às comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, que incluem os montantes cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, pelas transferências bancárias e pela utilização de pontos de venda (POS). As comissões provenientes da atividade de *bancassurance*, que incorporam as comissões obtidas pela colocação de produtos de seguros através das redes de distribuição do Banco, as comissões associadas à gestão e manutenção de contas e, apesar de com impacto menos significativo, as comissões associadas a operações de crédito e garantias também tiveram um desempenho favorável face ao primeiro trimestre do ano anterior. Em contrapartida, as outras comissões bancárias registaram uma evolução desfavorável face ao primeiro trimestre de 2025, pese embora com impacto menos significativo no âmbito desta análise.

No que respeita às comissões relacionadas com os mercados na atividade em Portugal, tanto as comissões relacionadas com operações sobre títulos, como as comissões decorrentes da gestão e distribuição de ativos alcançaram um patamar superior ao verificado no primeiro trimestre de 2025, com o crescimento das primeiras a contribuir mais significativamente para o desempenho favorável deste agregado.

Na atividade internacional, as comissões líquidas totalizaram 57,6 milhões de euros, no final do primeiro trimestre de 2026, aumentando 7,4% (+4,0 milhões de euros), face ao montante apurado no período homólogo do ano anterior graças, sobretudo, ao crescimento verificado na subsidiária polaca quer nas comissões relacionadas com o negócio bancário quer nas comissões relacionadas com os mercados financeiros.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No primeiro trimestre de 2026, os resultados em operações financeiras cifraram-se em 49,8 milhões de euros, evoluindo bastante favoravelmente face aos 29,5 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior. Este desempenho deve-se sobretudo ao contributo da atividade em Portugal, cujo impacto foi ligeiramente atenuado pelo menor contributo da atividade internacional face ao primeiro trimestre de 2025.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras evoluíram de 13,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, para 37,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, influenciados por ganhos associados à alienação de ativos históricos decorrentes da recuperação de créditos não produtivos.

Na atividade internacional, a evolução dos resultados em operações financeiras, de 16,2 milhões de euros, para 12,4 milhões de euros no final de março do ano corrente, foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca. Na operação em Moçambique, os resultados em operações financeiras foram inferiores aos registados no primeiro trimestre de 2025, pese embora com um impacto pouco expressivo.

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias e outros tributos aplicáveis ao setor bancário, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Em comparação com o primeiro trimestre de 2025, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram favoravelmente, passando de 56,3 milhões de euros negativos, para 38,8 milhões de euros também negativos no final do primeiro trimestre de 2026, devido ao contributo quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Com efeito, na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos registaram uma melhoria significativa, ao evoluir de 2,0 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2025, para um proveito de 5,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, devido essencialmente ao reconhecimento de proveitos associados a processos contenciosos. Em nenhum dos períodos está incluído qualquer montante material referente às contribuições obrigatórias a que o Banco está sujeito, que por norma ocorrem no segundo trimestre do ano.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos passaram de um custo de 54,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025 para um custo de 44,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026. Este desempenho resultou, sobretudo, da evolução favorável dos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos nesta rubrica na subsidiária polaca. Por outro lado, assistiu-se a um acréscimo dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que esta mesma subsidiária está sujeita.

Com efeito, os impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, no que a esta rubrica diz respeito, evoluíram significativamente de um custo de 3,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, para um proveito de 7,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026. Este desempenho reflete sobretudo a diminuição dos custos judiciais, incluindo os relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium para ressarcimento dos valores devidos pelos clientes. Os proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A., aumentaram em relação ao período homólogo do ano anterior para um total de 8,5 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026.

Em contrapartida, os custos associados às contribuições obrigatórias suportados pela subsidiária polaca aumentaram de 46,1 milhões de euros nos primeiros três meses de 2025 para 51,9 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao aumento de 52,1% dos encargos com o fundo de resolução, de 18,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, para 27,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026. Em contrapartida, por decisão do Conselho do Fundo de Garantia de Depósitos, em 2026, não serão cobradas contribuições para o fundo de garantia de depósitos (4,4 milhões de euros no primeiro

trimestre de 2025). Conjuntamente, as duas contribuições aumentaram 22,7% (+5,1 milhões de euros) face ao primeiro trimestre de 2025. O custo suportado com o imposto especial sobre o sector bancário polaco, por sua vez, apesar de superior face ao montante reconhecido no primeiro trimestre de 2025, teve um impacto pouco significativo na evolução desta rubrica (+0,7 milhões de euros para 24,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026).

Na subsidiária em Moçambique os outros proveitos de exploração líquidos não variaram materialmente face ao trimestre homólogo do ano anterior.

CUSTOS OPERACIONAIS

Pese embora a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os custos operacionais situaram-se 4,5% acima dos 339,7 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2025, totalizando 354,9 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente. Os custos operacionais foram superiores aos registados no primeiro trimestre de 2025, quer na atividade em Portugal quer na atividade internacional.

CUSTOS OPERACIONAIS

	Milhões de euros		
	3M26	3M25	Var. 26/25
Custos com o pessoal	196,4	188,1	4,4 %
Outros gastos administrativos	118,4	113,0	4,7 %
Amortizações e depreciações	40,2	38,6	4,2 %
	354,9	339,7	4,5 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	176,2	168,6	4,5 %
Atividade internacional	178,7	171,1	4,4 %

Os montantes apresentados não excluem o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Quer no primeiro trimestre de 2026, quer no primeiro trimestre de 2025, o impacto foi negativo no montante de 0,6 milhões de euros e de 0,1 milhões de euros, respetivamente.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, os custos operacionais do Grupo cifraram-se em 354,3 milhões de euros, situando-se 4,3% acima dos 339,6 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre de 2025. Este desempenho decorreu principalmente do aumento dos custos com o pessoal (+4,1%, +7,8 milhões de euros), nomeadamente na subsidiária polaca, e dos outros gastos administrativos (+4,7%, +5,3 milhões de euros), neste caso devido ao contributo quer da atividade em Portugal quer da subsidiária polaca. As amortizações e depreciações, por sua vez, também se situaram acima do montante registado um ano antes (+4,2%, +1,6 milhões de euros), devido sobretudo ao desempenho da atividade em Portugal.

O rácio de eficiência fixou-se em 36,0% que compara com 37,4% apurados no primeiro trimestre do ano anterior, enquanto o rácio de eficiência *core* se manteve em linha com os 36,8% apurados no primeiro trimestre de 2025, situando-se em 37,0% no mesmo período do ano corrente, excluindo-se em ambos os casos o impacto dos itens específicos.

Os rácios de eficiência e de eficiência *core stated*, por sua vez, evoluíram, respetivamente, de 37,4% para 36,1% e de 36,8% para 37,1%.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais totalizaram 176,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, situando-se 4,5% acima dos 168,6 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2025. Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, o aumento dos custos operacionais foi de 4,2%, para 175,6 milhões de euros.

A evolução dos custos operacionais na atividade em Portugal, não considerando o impacto dos itens específicos, advém dos aumentos de 8,3% (+4,3 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 14,1% (+2,8 milhões de euros) nas amortizações e depreciações. Os custos com o pessoal mantiveram-se em linha com o montante apurado no primeiro trimestre de 2025.

Excluindo o impacto dos itens específicos, o rácio de eficiência na atividade em Portugal evoluiu de 33,9% para 30,5%, enquanto o rácio de eficiência *core* passou de 35,6% para 33,9%, no último ano.

Por sua vez, os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* situaram-se em 30,6% e 34,0%, no primeiro trimestre de 2026, valores que comparam respetivamente com 33,9% e 35,6% no período homólogo do ano anterior.

Na atividade internacional, os custos operacionais cifraram-se em 178,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, situando-se 4,4% acima dos 171,1 milhões de euros contabilizados no trimestre homólogo do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente ao aumento registado na subsidiária polaca, cujo impacto foi atenuado pela redução verificada na subsidiária em Moçambique face ao primeiro trimestre de 2025.

A evolução dos custos operacionais na atividade internacional decorreu sobretudo do aumento de 8,5% (+7,8 milhões de euros) nos custos com o pessoal, sendo que os outros gastos administrativos registaram um aumento mais modesto de 1,6% (+1,0 milhões de euros). As amortizações e depreciações, por sua vez, diminuíram 6,3% (-1,2 milhões de euros) face ao final de março de 2025.

O rácio de eficiência, na atividade internacional, evoluiu de 41,5% no primeiro trimestre de 2025 para 43,9% no primeiro trimestre de 2026, enquanto o rácio de eficiência *core*, por sua vez, passou de 38,1% para 40,8% no mesmo período.

CUSTOS COM O PESSOAL

No primeiro trimestre de 2026, os custos com o pessoal totalizaram 196,4 milhões de euros, situando-se 4,4% acima dos 188,1 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre do ano anterior, devido principalmente ao contributo da atividade internacional.

A evolução apresentada inclui o impacto negativo dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos, na atividade em Portugal (0,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026 e 0,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025).

Em ambos os períodos, os itens específicos associados aos custos com o pessoal incluem custos com saídas de colaboradores. Não considerando o impacto dos itens específicos, os custos com o pessoal do Grupo cresceram 4,1% face aos 188,0 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2025, totalizando 195,8 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal *stated* totalizaram 97,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, situando-se ligeiramente acima (+0,5%) dos 96,9 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Não considerando o impacto dos itens específicos, os custos com o pessoal da atividade em Portugal mantiveram-se em linha com o montante contabilizado no primeiro trimestre do ano anterior ascendendo a 96,8 milhões de euros no final do primeiro trimestre do ano corrente.

O número de colaboradores na atividade em Portugal fixou-se em 6.043 colaboradores no final do primeiro trimestre de 2026, menos 186 colaboradores do que em 31 de março de 2025, não obstante a contratação de novos colaboradores com competências específicas, nomeadamente no digital, novas tecnologias e áreas de controlo interno.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 99,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, situando-se 8,5% acima dos 91,2 milhões de euros apurados um ano antes. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, pese embora na subsidiária em Moçambique também se tenha assistido a um aumento dos custos com o pessoal face ao primeiro trimestre do ano anterior, ainda que de menor dimensão.

Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser influenciada pela conjuntura que atravessa o mercado de trabalho daquele país, com taxas de desemprego muito baixas e uma forte pressão sobre os salários base, refletindo também o aumento do número de colaboradores no último ano, associado ao desenvolvimento das iniciativas estratégicas da subsidiária. Com efeito, neste período, o número total de colaboradores desta subsidiária evoluiu de 6.847 colaboradores (6.726 FTE - *full-time equivalent*) no primeiro trimestre de 2025, para 7.000 colaboradores (6.885 FTE – *full-time equivalent*) em 31 de março de 2026.

A operação em Moçambique, por sua vez, aumentou o seu quadro de pessoal em 29 colaboradores, de 2.640 colaboradores em 31 de março de 2025 para 2.669 colaboradores no final do primeiro trimestre de 2026, o que contribuiu para o crescimento dos custos com o pessoal face ao primeiro trimestre do ano anterior.

Em 31 de março de 2026, o quadro de pessoal da atividade internacional era assim composto por 9.669 colaboradores, que compara com 9.487 colaboradores existentes no final do primeiro trimestre de 2025.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

No primeiro trimestre de 2026, os outros gastos administrativos totalizaram 118,4 milhões de euros, situando-se 4,7% acima dos 113,0 milhões de euros apurados no final de março do ano anterior, não obstante a manutenção da gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo. Esta evolução reflete o desempenho quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 56,2 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 8,3% face aos 51,9 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2025. Apesar da implementação de um conjunto de medidas recorrentes com vista à otimização da estrutura de custos do Banco, este desempenho reflete, entre outros com menor impacto, o aumento dos custos relacionados com outros fornecimentos e serviços, *outsourcing* e trabalho independente, rendas (incluindo custos associados a contratos de leasing e licenças de *software*), estudos e consultas, e publicidade. Em contrapartida, os custos associados a outros serviços especializados representam a principal redução face ao trimestre homólogo do ano anterior.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 62,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, situando-se 1,6% acima dos 61,2 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o aumento dos outros gastos administrativos na subsidiária polaca, cujo impacto foi atenuado pela redução destes custos verificada na subsidiária moçambicana.

O Grupo mantém um processo de otimização da rede de sucursais com vista a servir eficientemente as necessidades dos mercados onde está presente. No final do primeiro trimestre de 2026, a atividade em Portugal contava com uma rede de 388 sucursais, menos nove que no final do primeiro trimestre de 2025, enquanto na subsidiária polaca, a redução face ao ano anterior foi de 14 sucursais, para 591 sucursais em 31 de março de 2026. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o primeiro trimestre de 2026 com 191 sucursais, menos quatro do que no final do trimestre homólogo do ano anterior.

AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

As amortizações e depreciações totalizaram 40,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, situando-se 4,2% acima do montante contabilizado no primeiro trimestre de 2025, com o impacto do aumento verificado na atividade em Portugal a ser atenuado pela redução registada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, o aumento das amortizações e depreciações foi de 14,1%, de 19,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025, para 22,7 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026, refletindo o investimento efetuado em *hardware* e *software*, em consonância com o compromisso de transformação tecnológica e digital assumido pelo Banco.

Na atividade internacional, as amortizações e depreciações ascenderam a 17,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, diminuindo 6,3% face aos 18,7 milhões de euros registados no primeiro trimestre de 2025, influenciadas sobretudo pelo desempenho da subsidiária moçambicana, cujo impacto foi atenuado pelo aumento registado na subsidiária polaca.

RESULTADOS DE MODIFICAÇÕES

Os resultados de modificações evoluíram favoravelmente face ao primeiro trimestre de 2025, de 4,2 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2025, para 0,4 milhões de euros também negativos no primeiro trimestre de 2026. Em ambos os períodos, estes montantes dizem respeito exclusivamente à subsidiária polaca.

Esta evolução dos resultados de modificações reflete, maioritariamente, a inexistência de custos associados a modificações contratuais negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira no primeiro trimestre de 2026 reconhecidos nesta rubrica, contrariamente ao que aconteceu no primeiro trimestre do ano anterior em que foram reconhecidos custos no montante de 2,5 milhões de euros.

IMPARIDADE DO CRÉDITO

No primeiro trimestre de 2026, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) totalizaram 55,9 milhões de euros, mantendo-se em linha (+0,4%) com o montante contabilizado no período homólogo do ano anterior, com o aumento decorrente da atividade em Portugal a ser compensado pela redução a que se assistiu na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) aumentaram 7,2% face aos 33,3 milhões de euros reconhecidos no primeiro trimestre de 2025, totalizando 35,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026. Este aumento reflete o crescimento da carteira de crédito, na medida em que o custo do risco líquido de recuperações se situou em 33 pontos base no primeiro trimestre de 2026, mantendo-se em linha face ao primeiro trimestre de 2025.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se 9,8% abaixo dos 22,3 milhões de euros reconhecidos no primeiro trimestre de 2025, fixando-se em 20,1 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026, devido ao desempenho favorável quer da subsidiária polaca quer da subsidiária moçambicana. Na atividade internacional, o custo do risco líquido de recuperações evoluiu de 47 pontos base para 41 pontos base no primeiro trimestre de 2026, com uma melhoria do custo do risco em ambas as subsidiárias.

Em termos consolidados, o custo do risco do Grupo líquido de recuperações, fixou-se em 35 pontos base no primeiro trimestre de 2026, que compara com 38 pontos base no primeiro trimestre de 2025.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

No primeiro trimestre de 2026, as outras imparidades e provisões totalizaram 91,8 milhões de euros, o que representa uma redução significativa de 30,1% face aos 131,4 milhões de euros registados no primeiro trimestre do ano anterior. Esta evolução favorável decorreu maioritariamente da redução verificada na atividade internacional, cujo impacto foi atenuado pelo aumento das outras imparidades e provisões registado na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões evoluíram de 5,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025 para 15,6 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, devido sobretudo ao aumento das provisões para outros riscos e encargos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 76,3 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2026, diminuindo significativamente (-39,6%) face aos 126,3 milhões de euros apurados no primeiro trimestre do ano anterior, destacando-se o impacto da redução verificada na subsidiária polaca.

Com efeito, a provisão constituída por esta filial para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira foi 52,8 milhões de euros inferior face à provisão registada um ano antes, ascendendo a 53,4 milhões de euros no primeiro trimestre do ano corrente, contribuindo decisivamente para a evolução referida. Por outro lado, o montante dos proveitos, reconhecidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. aumentou 5,5% face ao primeiro trimestre de 2025, totalizando 8,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026.

IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros cifraram-se em 136,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2026, montante que compara com 112,2 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, no primeiro trimestre de 2026, impostos correntes de 42,1 milhões de euros (3,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025) e impostos diferidos no montante de 94,9 milhões de euros (109,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2025).

Os gastos por impostos correntes no primeiro trimestre de 2025 e no primeiro trimestre de 2026 foram condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca, pelo aumento da taxa de imposto sobre os rendimentos dos bancos na Polónia de 19% para 30% em 2026, e ainda pela tributação autónoma dos juros da dívida pública na subsidiária moçambicana.

No primeiro trimestre de 2025, os impostos correntes tinham sido influenciados positivamente pela correção da estimativa de imposto de 2024 da subsidiária polaca, por contrapartida da redução dos respetivos ativos por impostos diferidos, sem impacto no resultado líquido.

Os gastos com a redução de ativos por impostos diferidos em 2025 e 2026 decorrem sobretudo do resultado da atividade em Portugal, pela redução dos ativos por impostos diferidos garantidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIT) dada a evolução dos lucros tributáveis nos períodos em causa.

BALANÇO

ATIVO TOTAL

O ativo total do balanço consolidado ascendeu a 111.070 milhões de euros em 31 de março de 2026, evidenciando um crescimento de 6,5% face aos 104.294 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, tendo esta evolução sido impulsionada pelos aumentos verificados na atividade internacional (+3.694 milhões de euros) e na atividade em Portugal (+3.081 milhões de euros).

Na atividade em Portugal, o ativo total fixou-se em 70.291 milhões de euros em 31 de março de 2026, registando um aumento de 4,6% face aos 67.210 milhões de euros registados em 31 de março de 2025. Esta evolução ficou a dever-se principalmente ao aumento mais significativo na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e também ao crescimento, em menor extensão, das disponibilidades em bancos centrais. As reduções mais significativas verificaram-se em ativos por impostos diferidos, em aplicações em instituições de crédito e em outros ativos.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 40.779 milhões de euros em 31 de março de 2026, evidenciando um crescimento de 10,0% face aos 37.084 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior. Esta evolução é explicada na sua maioria pelo crescimento do ativo total da subsidiária polaca, essencialmente justificado pelo incremento na carteira de títulos (sobretudo em dívida pública local) explicado pela aplicação do excedente de liquidez resultante do aumento dos recursos de clientes de balanço e também pela evolução favorável da carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade). O ativo na subsidiária de Moçambique também registou um acréscimo, contudo de menor expressão.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito a clientes consolidada (crédito bruto), tal como definida no Glossário, cifrou-se em 63.423 milhões de euros em 31 de março de 2026, registando um aumento de 7,2% face aos 59.162 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior. Esta evolução foi sobretudo impulsionada pelo crescimento significativo na atividade em Portugal, beneficiando ainda de um aumento com menor expressão registado na atividade internacional. A evolução da carteira de crédito a clientes consolidada é explicada pelo maior dinamismo do crédito, em especial no crédito a empresas, se bem que o crédito hipotecário e o crédito pessoal também tenham registado uma evolução positiva.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 43.923 milhões de euros em 31 de março de 2026, situando-se 9,6% acima dos 40.083 milhões de euros apurados no final do primeiro trimestre de 2025. Este crescimento da carteira incorpora, por um lado, um aumento significativo do crédito *performing* (+3.936 milhões de euros) e, por outro, uma redução das *non-performing exposures* (NPE) (-96 milhões de euros).

O crédito hipotecário na atividade em Portugal fixou-se em 22.296 milhões de euros em 31 de março de 2026, registando um aumento de 11,4% (+2.281 milhões de euros) face à mesma data no ano anterior, devido a uma crescente procura, impulsionada sobretudo pelos incentivos estatais dirigidos aos jovens.

O crédito pessoal na atividade em Portugal também registou um aumento, de 8,9% (+227 milhões de euros) face ao valor registado no final do primeiro trimestre de 2025, fixando-se em 2.782 milhões de euros em 31 de março de 2026.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade em Portugal aumentou 7,6% (+1.332 milhões de euros) face ao final do primeiro trimestre de 2025, cifrando-se em 18.845 milhões de euros em 31 de março de 2026, impulsionado por um contexto de recuperação do investimento, destacando-se o dinamismo do crédito protocolado.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 19.500 milhões de euros em 31 de março de 2026, 2,2% acima dos 19.079 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior. Por geografias, verificou-se um crescimento mais significativo na subsidiária polaca (impulsionado pelo aumento do crédito em moeda local, atenuado em parte pela evolução desfavorável do zloti) e um aumento de menor expressão na subsidiária moçambicana (o aumento em moeda local foi parcialmente anulado pela desvalorização do metical).

O crédito hipotecário na atividade internacional totalizou 8.450 milhões de euros em 31 de março de 2026, apresentando uma quebra de 8,2% face aos valores registados na mesma data do ano anterior (9.200 milhões de euros em 31 de março de 2025), sendo esta quebra explicada quase na totalidade pelo desempenho da subsidiária polaca.

O montante da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca deduzido da parcela respeitante ao Euro Bank S.A.¹ diminuiu 125 milhões de euros (31 de março de 2026: 128 milhões de euros; 31 de março de 2025: 253 milhões de euros).

O crédito pessoal na atividade internacional fixou-se em 5.159 milhões de euros em 31 de março de 2026, registando um aumento de 139 milhões de euros face ao montante registado na mesma data do ano anterior, impulsionado principalmente pelo crescimento registado na subsidiária polaca, beneficiando igualmente do contributo positivo da subsidiária moçambicana.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade internacional aumentou 21,2% em comparação com os 4.860 milhões de euros registados em 31 de março de 2025, cifrando-se em 5.892 milhões de euros em 31 de março de 2026, sendo de destacar o crescimento registado na subsidiária polaca, pese embora o mesmo tenha sido atenuado por uma ligeira redução registada na subsidiária moçambicana.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	Milhões de euros		
	31 mar. 26	31 mar. 25 reexpresso	Var. 26/25
PARTICULARES	38.686	36.789	5,2 %
Hipotecário	30.746	29.214	5,2 %
Pessoal	7.941	7.574	4,8 %
EMPRESAS	24.737	22.373	10,6 %
Serviços	9.530	8.625	10,5 %
Comércio	4.175	3.874	7,8 %
Construção	1.563	1.359	15,0 %
Outros	9.469	8.515	11,2 %
	63.423	59.162	7,2 %
do qual:			
Atividade em Portugal	43.923	40.083	9,6 %
Atividade internacional	19.500	19.079	2,2 %

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

O Grupo tem implementados processos de gestão e acompanhamento da carteira de crédito, designadamente no que se refere à avaliação do perfil de risco dos diferentes portfólios/segmentos de exposição. Estes processos têm como objetivo identificar e monitorizar, de forma próxima, os clientes potencialmente mais afetados pelo contexto macroeconómico prevalecente, antecipando eventuais dificuldades de cumprimento das responsabilidades e definindo estratégias de atuação ajustadas às especificidades de cada cliente/grupo de clientes, tendo em vista quer a manutenção do apoio aos clientes considerados viáveis quer a mitigação do risco de crédito em casos em que se detém riscos de perda de valor da exposição.

O stock de NPE, em termos consolidados, fixou-se em 1.480 milhões de euros em 31 de março de 2026, apresentando uma redução de 238 milhões de euros face ao final do primeiro trimestre de 2025. Na atividade em Portugal, o stock de NPE totalizava 746 milhões de euros em 31 de março de 2026, tendo sido registada uma redução de 96 milhões de euros face a igual data do ano anterior.

¹ O risco da carteira do Euro Bank S.A. encontra-se integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade.

No que diz respeito aos indicadores da qualidade de crédito, o rácio de NPL há mais de 90 dias, em base consolidada, fixou-se em 1,2% em 31 de março de 2026, mostrando uma ligeira redução face ao rácio de 1,4% verificado em 31 de março de 2025. Por sua vez, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total, em base consolidada, diminuiu de 2,9% em 31 de março de 2025 para 2,3% em 31 de março de 2026. Na atividade em Portugal, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total diminuiu de 2,1% em 31 de março de 2025 para 1,7% em 31 de março de 2026.

O rácio entre a imparidade total e o *stock* de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, passou de 168,6% em 31 de março de 2025 para 180,2% em 31 de março de 2026. O rácio entre a imparidade total e o *stock* de NPE mostrou um reforço significativo tanto em termos consolidados (94,3% em 31 de março de 2026 *vis-à-vis* 82,6% em 31 de março de 2025), como na atividade em Portugal (105,0% em 31 de março de 2026 *vis-à-vis* 92,4% em 31 de março de 2025). Adicionalmente, em 31 de março de 2026, o rácio entre imparidade específica de NPE e *stock* de NPE fixou-se em 55,3% em termos consolidados (52,9% em 31 de março de 2025) e 55,9% na atividade em Portugal (52,0% em 31 de março de 2025).

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	31 mar. 26	31 mar. 25 reexpresso	Var. 26/25	31 mar. 26	31 mar. 25 reexpresso	Var. 26/25
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	63.423	59.162	7,2 %	43.923	40.083	9,6 %
Crédito reestruturado	1.054	1.396	(24,5 %)	588	837	(29,8 %)
NPL > 90 dias	774	842	(8,1 %)	362	408	(11,3 %)
NPE (crédito)	1.480	1.718	(13,9 %)	746	841	(11,4 %)
Imparidade total do crédito (balanço)	1.395	1.419	(1,7 %)	783	777	0,8 %
Imparidade específica de NPE (balanço)	818	909	(10,0 %)	417	437	(4,7 %)
RÁCIOS EM PERCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	1,7 %	2,4 %		1,3 %	2,1 %	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,2 %	1,4 %		0,8 %	1,0 %	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	2,3 %	2,9 %		1,7 %	2,1 %	
Rácio NPE - EBA (inclui títulos e Extra-patrimoniais)	1,4 %	1,8 %		1,3 %	1,5 %	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Imparidade total do crédito / NPL > 90 dias	180,2 %	168,6 %		216,3 %	190,4 %	
Imparidade total do crédito / NPE	94,3 %	82,6 %		105,0 %	92,4 %	
Imparidade específica de NPE / NPE	55,3 %	52,9 %		55,9 %	52,0 %	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no Glossário.

RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de março de 2026, os recursos totais de clientes consolidados, tal como definidos no Glossário, ascenderam a 112.807 milhões de euros, apresentando um aumento de 8.231 milhões de euros (+7,9%) face aos 104.576 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior, refletindo o desempenho positivo quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional. O crescimento significativo dos depósitos e outros recursos de clientes foi determinante na evolução dos recursos de clientes de balanço consolidados, que evidenciaram um aumento de 5.870 milhões de euros (+6,8%) face aos 86.415 milhões de euros alcançados na mesma data do ano anterior, tendo atingido 92.284 milhões de euros em 31 de março de 2026. Por sua vez, os recursos de clientes fora de balanço consolidados ascenderam a 20.523 milhões de euros, apresentando um aumento de 2.361 milhões de euros face ao valor obtido na mesma data do ano anterior, devido sobretudo ao dinamismo dos ativos distribuídos e dos ativos sob gestão. Os seguros de poupança e investimento também registaram uma evolução positiva, contudo com impacto mais moderado no crescimento dos recursos de clientes fora de balanço.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes alcançaram 75.384 milhões de euros em 31 de março de 2026, o que compara com 70.906 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior (+6,3%). Esta evolução é maioritariamente justificada pelo crescimento dos recursos de clientes de balanço que alcançaram 58.514 milhões de euros em 31 de março de 2026 (+2.912 milhões de euros do que o montante apurado na mesma data do ano anterior), devido ao dinamismo dos depósitos e outros recursos de clientes. Ainda que com menor contributo para aquele crescimento dos recursos totais, os recursos de clientes fora de balanço registaram um aumento de 1.566 milhões de euros face à mesma data do ano anterior (+10,2%), fixando-se em 16.870 milhões de euros em 31 de março de 2026, verificando-se um aumento mais significativo nos ativos distribuídos. Os seguros de poupança e investimento e os ativos sob gestão também registaram crescimentos, contudo de menor expressão.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes fixaram-se em 37.423 milhões de euros em 31 de março de 2026, registando um aumento de 3.753 milhões de euros (+11,1%) face aos 33.670 milhões de euros registados em 31 de março de 2025. Os recursos de clientes de balanço, integralmente compostos por depósitos e outros recursos de clientes, fixaram-se em 33.770 milhões de euros em 31 de março de 2026 (+2.958 milhões de euros do que na mesma data do ano anterior), beneficiando do dinamismo da captação de recursos na operação polaca. A subsidiária em Moçambique também registou um aumento, contudo com um impacto mais moderado na evolução da rubrica. Os recursos de clientes fora de balanço, exclusivamente decorrentes da atividade na subsidiária polaca, registaram um aumento de 795 milhões de euros face à mesma data do ano anterior, fixando-se em 3.653 milhões de euros em 31 de março de 2026. Esta evolução é explicada pelo aumento mais significativo verificado nos ativos sob gestão e por um aumento de menor expressão verificado nos ativos distribuídos, ligeiramente atenuado pela redução observada em seguros de poupança e investimento.

Em termos consolidados, em 31 de março de 2026, os recursos de clientes de balanço representavam 81,8% dos recursos totais de clientes, com os depósitos e outros recursos de clientes a representarem 80,4% dos recursos totais de clientes, ambas as percentagens inferiores às registadas na mesma data no ano anterior (82,6% e 81,4%, respetivamente).

O rácio de transformação, que resulta do quociente entre o crédito a clientes líquido e os depósitos e outros recursos de clientes, situou-se em 68,4% em 31 de março de 2026 (67,9% registados na mesma data do ano anterior). O referido indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 67,2% (66,8% na mesma data do ano anterior).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	31 mar. 26	31 mar. 25	Var. 26/25
Milhões de euros			
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	92.284	86.415	6,8 %
Depósitos e outros recursos de clientes	90.731	85.096	6,6 %
Débitos para com clientes titulados	1.554	1.318	17,8 %
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	20.523	18.162	13,0 %
Ativos sob gestão	7.099	6.240	13,8 %
Ativos distribuídos	8.373	7.288	14,9 %
Seguros de poupança e investimento	5.051	4.633	9,0 %
	112.807	104.576	7,9 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	75.384	70.906	6,3 %
Atividade internacional	37.423	33.670	11,1 %

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos, tal como definida no Glossário, cifrou-se em 38.897 milhões de euros em 31 de março de 2026, evidenciando um aumento de 8,3% (+2.994 milhões de euros) em relação aos 35.903 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 35,0% do ativo total no final do primeiro trimestre de 2026 (ligeiramente acima dos 34,4% registados no final do primeiro trimestre de 2025), sendo este reforço explicado pela aplicação de liquidez proveniente do crescimento dos recursos de clientes de balanço.

A carteira afeta à atividade em Portugal manteve-se praticamente estável, evoluindo de 21.350 milhões de euros em 31 de março de 2025 para 21.528 milhões de euros em 31 de março de 2026, sendo esta evolução explicada pelo reforço da carteira de dívida pública portuguesa e da União Europeia, neutralizado pela redução da dívida pública espanhola e italiana.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional apresentou um aumento de 2.817 milhões de euros, evoluindo de 14.552 milhões de euros em 31 de março de 2025 para 17.369 milhões de euros em 31 de março de 2026. Este crescimento foi impulsionado principalmente pela atividade na subsidiária polaca, que reforçou o investimento em dívida pública local, em resultado da aplicação da liquidez proveniente do crescimento dos depósitos de clientes.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

A posição de liquidez do Grupo manteve-se robusta ao longo dos últimos doze meses. Não obstante o maior dinamismo do crédito, que registou um crescimento consolidado de 7,2% (equivalente a 4,3 mil milhões de euros, sobretudo com origem em Portugal), os recursos de clientes de balanço prosseguiram uma trajetória de crescimento, de 6,8% em termos relativos, e que em valor superou o do crédito (5,9 mil milhões de euros), sendo este desempenho impulsionado sobretudo pelo aumento de depósitos na Polónia. Este diferencial gerou um excedente de liquidez que permitiu reforçar em 8,3% a carteira de títulos do Grupo, maioritariamente composta por ativos altamente líquidos e elegíveis para desconto junto de bancos centrais. Em consequência, os *buffers* de liquidez junto de bancos centrais permaneceram sólidos, assegurando níveis confortáveis para os principais indicadores regulamentares e internos de risco de liquidez nas três geografias.

Em 31 de março de 2026, no que respeita à liquidez de curto prazo, o rácio de cobertura de liquidez (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) situou-se, em base consolidada, em 319%, face a 354% registados na mesma data do ano anterior, assegurando uma confortável margem acima do requisito regulamentar mínimo de 100%.

Na vertente estrutural, o Grupo reforçou a sua base de financiamento estável, assente em depósitos de clientes, em particular no segmento de retalho, e complementada por instrumentos de financiamento de médio e longo prazo, designadamente emissões realizadas no âmbito do MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) e do programa de obrigações cobertas do Bank Millennium. Em consequência, em 31 de março de 2026, o rácio de financiamento estável líquido (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*) fixou-se em 179%, ligeiramente abaixo do valor registado um ano antes (180%), garantindo assim uma margem substancial face ao requisito regulamentar mínimo de 100%. O rácio de transformação de depósitos em crédito situou-se em 68% no final de março de 2026, em linha com o rácio observado na mesma data do ano anterior, refletindo uma gestão prudente da estrutura de balanço, em simultâneo com a retoma da atividade creditícia em Portugal desde o início do ano.

Entre 31 de março de 2025 e 31 de março de 2026, o BCP executou diversas transações no mercado, nomeadamente a 24 de junho de 2025, o Banco colocou uma emissão de 500 milhões de euros de Notes SP 6NC5 3,125%, destinada a refinanciar, em condições muito vantajosas de preço, uma *call option* exercida em 2 de outubro sobre as Notes SP 500 milhões de euros a 5,625% e a 5 de fevereiro de 2026, aproveitando condições de mercado favoráveis, colocou também uma emissão de 500 milhões de euros de SP 6.25NC5.25, com cupão de 3,250%, refinanciando o exercício, a 12 de fevereiro de 2026, da *call option* de uma emissão anterior SP de 500 milhões de euros, com cupão de 1,125%.

O *buffer* de liquidez junto do Banco Central Europeu registou uma redução de 834 milhões de euros em termos homólogos, para 31,2 mil milhões de euros, para o que contribuiu, entre outros fatores, a prevista perda de elegibilidade de uma carteira de créditos hipotecários de retalho, ocorrida no final de março de 2026.

O Bank Millennium, entre março de 2025 e março de 2026, reforçou a sua posição de liquidez sobretudo através do já referido crescimento continuado dos depósitos de clientes e, ainda, através da execução do programa de emissão de obrigações cobertas, que incluiu a colocação de mil milhões de zlotis em novembro de 2025.

O Millennium bim continua com uma posição de liquidez robusta, suportada na estabilidade da sua base de depósitos em moeda local.

CAPITAL

O rácio CETI estimado em 31 de março de 2026 fixou-se em 15,3% em termos *phased-in* e em 15,1% em *fully implemented*, refletindo uma variação de -85 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 16,1% e 15,9% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* na mesma data de 2025, confortavelmente acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para março de 2026 (CETI 10,29%, TI 12,19% e Total 14,73%). Os rácios estimados em 31 de março de 2026 consideram a dedução do valor máximo de recompra de ações autorizada pelo BCE, de 407,5 milhões de euros, correspondente a 40% do resultado líquido de 2025.

Para além do aumento da distribuição a acionistas, a evolução dos rácios reflete, por um lado, a geração interna de capital, suportada pelo sólido desempenho da atividade recorrente, e, por outro, a evolução dos ativos ponderados pelo risco, influenciada pelo crescimento da atividade, com destaque para o financiamento a empresas.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 mar. 26		31 mar. 25	
	FULLY	PHASED	FULLY	PHASED
Fundos próprios				
Common Equity Tier 1 (CET1)	6.696	6.696	6.560	6.560
Tier 1	7.309	7.309	7.043	7.043
Fundos próprios totais	8.571	8.571	8.250	8.250
Riscos ponderados	44.446	43.899	41.230	40.737
Rátios de solvabilidade				
CET1	15,1 %	15,3 %	15,9 %	16,1 %
Tier 1	16,4 %	16,6 %	17,1 %	17,3 %
Total	19,3 %	19,5 %	20,0 %	20,3 %

Nota: Os rácios de março de 2026 são estimados, incluindo 10% dos resultados líquidos positivos acumulados.

De acordo com as disposições transitórias em vigor, os rácios de capital estimados, não incluindo os resultados positivos do primeiro trimestre (não auditados), são os seguintes:

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 mar. 26	31 mar. 25
	PHASED	PHASED
Fundos próprios		
Common Equity Tier 1 (CET1)	6.675	6.506
Tier 1	7.288	6.989
Fundos próprios totais	8.550	8.196
Riscos ponderados	43.899	40.737
Rátios de solvabilidade		
CET1	15,2 %	16,0 %
Tier 1	16,6 %	17,2 %
Total	19,5 %	20,1 %

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NOS PRIMEIROS TRÊS MESES DE 2026

No primeiro trimestre de 2026, num enquadramento marcado pela incerteza, decorrente das tensões geopolíticas e de um contexto macroeconómico exigente, o BCP prosseguiu a sua estratégia de apoio às empresas e às famílias, através de um acompanhamento próximo e da prestação de serviços assente em critérios de rigor, fiabilidade e qualidade, em linha com as expectativas dos seus Clientes.

Em 20 de janeiro de 2026, o Banco informou que decidiu exercer a opção de reembolsar antecipadamente a totalidade da emissão “EUR 500,000,000 Senior Preferred Fixed to Floating Rate Notes due 2027” (ISIN: PTBCPHOM0066), emitida a 12 de fevereiro de 2021 no âmbito do seu *Euro Note Programme*, de acordo com a condição 6(d) dos termos e condições das *Notes* e dos termos finais das *Notes*.

Em 29 de janeiro de 2026, o Banco informou que fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*.

A emissão, no montante de EUR 500 milhões, tem um prazo de 6 anos e 3 meses, com opção de reembolso antecipado pelo Banco em 5 de maio de 2031, um preço de emissão de 99,990% e uma taxa de juro fixa de 3,250% ao ano até a Data de Reembolso Antecipado. A partir da Data de Reembolso Antecipado, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 0,72%.

A colocação da emissão foi feita no mercado internacional e numa base diversificada de investidores institucionais, sobretudo, em fundos de investimento, bancos e fundos de pensões, possibilitando o estreitamento do *spread* em mais de 25 p.b. durante a fase de execução.

RECONHECIMENTO EXTERNO

O Millennium bcp recebeu diversas distinções no início de 2026:

- “Escolha do Consumidor” em 2026, na categoria “Grandes Bancos” pelo sexto ano consecutivo.
- Renovou, em 2026, o estatuto de líder nas categorias ‘Grandes Bancos’ e ‘apps bancárias’, pelo quarto ano consecutivo, pelo Prémio Cinco Estrelas.
- Em 2026, na categoria do Prémio 5 Estrelas - “Grandes Bancos”- obteve a melhor classificação entre os Bancos avaliados.
- O *site* de empresas do Millennium bcp foi distinguido como Produto do Ano 2026, na categoria “Empresas”.
- Distinguido nos Euronext Lisbon Awards 2026 nas categorias de: Equity Champion (empresa cotada com maior retorno total), Local Market Member - Equity (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta categoria), Market Member - Bonds (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta categoria), Structured Finance - Warrants and Certificates (membro que gerou maior crescimento dos valores mobiliários identificados nesta categoria).
- Distinguido com Melhor Distribuidor em Portugal de Produtos Estruturados pela Structured Retail Products.

O ActivoBank recebeu também diversas distinções no início de 2026:

- “Escolha do Consumidor” na categoria “Banco Digital” em 2026 pelo oitavo ano consecutivo.
- Prémio “Cinco Estrelas”, na categoria “Banca Digital” em 2026 pelo terceiro ano consecutivo.
- Distinguido pela DECO PROteste como Escolha Acertada nas Contas à Ordem, reforçando a sua posição como uma das soluções mais vantajosas do mercado, bem como a Escolha Acertada de Investimentos em ETFs. O ActivoBank é assim, a melhor escolha entre os Bancos regulados em Portugal em 2026.

O Bank Millennium também foi distinguido no início de 2026:

- Distinguido pelo terceiro ano consecutivo como Top Employer Polska em 2026 pelo Top Employers Institute.

O Millennium bim também foi distinguido no início de 2026:

- Reconhecido pela Global Finance como o Melhor Banco em 2026.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No exercício de projeção mais recente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa a previsão para o crescimento da atividade económica mundial em 2026, de 3,3% para 3,1%, refletindo o impacto da eclosão do conflito militar no Médio Oriente e a perturbação nos mercados internacionais, nomeadamente de matérias-primas energéticas e alimentares. A revisão foi transversal às principais economias. Para os Estados Unidos, o FMI projeta um crescimento real do PIB de 2,3% (-0,1 p.p. face à última projeção), para a área do euro de 1,1% (-0,2 p.p.) e para a China de 4,4% (-0,1 p.p.). No plano dos preços, o FMI antevê uma inversão da trajetória de desinflação global, com a inflação a subir de 4,1% em 2025 para 4,4% em 2026, impulsionada pela escalada dos preços da energia e dos bens alimentares. Para 2027, o FMI projeta uma recuperação moderada do PIB mundial para 3,2%, num quadro de incerteza caracterizado pelos efeitos do conflito no Médio Oriente, persistência de tensões comerciais e expectativas de ganhos de produtividade com a adoção de novas tecnologias.

No conjunto do trimestre, os mercados financeiros apresentaram uma elevada volatilidade e retração nos índices de confiança e na propensão ao risco. Os principais índices acionistas registaram desvalorizações, com o S&P 500 a recuar cerca de 5% e os índices europeus a apresentarem quedas mais pronunciadas, refletindo a maior vulnerabilidade ao choque energético. A subida acentuada dos preços do petróleo, com o Brent a ultrapassar os 100 dólares por barril na sequência da interrupção do tráfego marítimo no Estreito de Ormuz, exerceu pressão ascendente sobre as expectativas de inflação, contribuindo para um aumento das taxas de juro sobretudo nos prazos mais curtos. Os prémios de risco da dívida soberana tenderam a alargar penalizando em termos relativos as economias mais dependentes de importações de bens energéticos. O dólar norte-americano registou uma apreciação moderada, beneficiando do seu estatuto de ativo de refúgio e da posição dos Estados Unidos como exportador líquido de petróleo. Neste enquadramento de elevada incerteza, o Banco Central Europeu manteve a taxa da facilidade de depósito em 2,0%, sublinhando a necessidade de avaliar o impacto do conflito sobre a atividade económica e a inflação para definir o curso da política monetária. Os mercados passaram a incorporar a possibilidade de subidas de taxas na área do euro ao longo de 2026, em contraste com a expectativa anterior de manutenção ou ligeira descida.

No primeiro trimestre de 2026, o PIB português registou um crescimento em cadeia nulo, penalizado pela disrupção provocada pela tempestade Kristin. O Banco de Portugal reviu em baixa a sua projeção para o crescimento da economia em 2026, de 2,3% para 1,8%, refletindo o agravamento das tensões geopolíticas e o impacto das condições meteorológicas extremas no início do ano. No plano dos preços, o Banco de Portugal antevê um aumento da taxa de inflação de 2,2% para 3,1% no segundo trimestre de 2026, tendo revisto em alta a sua projeção para o conjunto do ano de 2026 em 0,7 p.p. para 2,8%, num contexto de um aumento rápido, mas temporário, do preço dos bens energéticos.

Na Polónia, a atividade económica deverá manter um crescimento robusto em 2026. O FMI projeta um crescimento do PIB de 3,3%, suportado pelo pico de absorção dos fundos europeus que deverá impulsionar o investimento, e pelo consumo privado, que continuará a beneficiar do aumento do rendimento disponível real e de uma taxa de desemprego em níveis historicamente baixos. No primeiro trimestre de 2026, a taxa de inflação situou-se em 2,4%, um nível consistente com o objetivo da política monetária do Banco Nacional da Polónia, na sequência de uma trajetória descendente ao longo de 2025. Neste contexto, o banco central reduziu a taxa de referência para 3,75% em março de 2026, tendo o złóti depreciado face ao euro no primeiro trimestre de 2026.

Após a contração registada em 2025, o FMI antevê um crescimento modesto da economia moçambicana em 2026 de 0,5% com a dissipação dos efeitos das tensões pós-eleitorais e dos choques climáticos. No primeiro trimestre de 2026, o nível de preços desacelerou de 4,15% para 3,15%, o que suportou a decisão do Banco de Moçambique de descida da taxa MIMO para 9,25%. Neste contexto o metical permaneceu relativamente estável face ao euro.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões de euros								
	Grupo			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	mar. 26	mar. 25 (reexpresso)	Var. 26/25	mar. 26	mar. 25 (reexpresso)	Var. 26/25	mar. 26	mar. 25 (reexpresso)	Var. 26/25
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	738,4	721,1	2,4 %	357,7	325,8	9,8 %	380,6	395,2	(3,7 %)
Rendimentos de instrumentos de capital	0,0	0,0	(100,0 %)	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	(100,0 %)
Resultado de serviços e comissões	218,0	201,4	8,2 %	160,4	147,8	8,5 %	57,6	53,6	7,4 %
Resultados em operações financeiras	49,8	29,5	68,6 %	37,4	13,3	181,4 %	12,4	16,2	(23,9 %)
Outros proveitos de exploração líquidos	(38,8)	(56,3)	31,1 %	5,7	(2,0)	>200%	(44,6)	(54,3)	17,9 %
Resultados por equivalência patrimonial	15,8	13,4	17,2 %	14,4	12,4	16,0 %	1,4	1,0	31,4 %
Produto bancário	983,0	909,1	8,1 %	575,7	497,3	15,8 %	407,4	411,8	(1,1 %)
Custos com o pessoal	196,4	188,1	4,4 %	97,4	96,9	0,5 %	99,0	91,2	8,5 %
Outros gastos administrativos	118,4	113,0	4,7 %	56,2	51,9	8,3 %	62,2	61,2	1,6 %
Amortizações e depreciações	40,2	38,6	4,2 %	22,7	19,9	14,1 %	17,5	18,7	(6,3 %)
Custos operacionais	354,9	339,7	4,5 %	176,2	168,6	4,5 %	178,7	171,1	4,4 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	354,3	339,6	4,3 %	175,6	168,5	4,2 %	178,7	171,1	4,4 %
Resultados antes de imparidades e provisões	628,1	569,4	10,3 %	399,4	328,7	21,5 %	228,7	240,8	(5,0 %)
Resultados de modificações	(0,4)	(4,2)	91,3 %	0,0	0,0	0,0 %	(0,4)	(4,2)	91,3 %
Imparidade do crédito (líq.de recuperações)	55,9	55,6	0,4 %	35,8	33,3	7,2 %	20,1	22,3	(9,8 %)
Outras imparidades e provisões	91,8	131,4	(30,1 %)	15,6	5,1	>200%	76,3	126,3	(39,6 %)
Resultado antes de impostos	480,1	378,2	26,9 %	348,1	290,2	20,0 %	131,9	88,0	49,9 %
Impostos	136,9	112,2	22,0 %	82,7	71,3	16,0 %	54,2	40,9	32,5 %
Correntes	42,1	3,1	>200%	2,4	2,4	(1,5 %)	39,7	0,6	>200%
Diferidos	94,9	109,2	(13,1 %)	80,3	68,9	16,6 %	14,6	40,3	(63,9 %)
Resultado após impostos de operações em continuação	343,1	266,0	29,0 %	265,4	218,9	21,2 %	77,7	47,1	65,0 %
Resultados de operações descontinuadas	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %
Interesses que não controlam	37,3	22,5	65,5 %	0,0	0,0	35,7 %	37,3	22,6	65,4 %
Resultado líquido	305,8	243,5	25,6 %	265,4	218,9	21,2 %	40,4	24,5	64,6 %
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	111.070	104.294	6,5 %	70.291	67.210	4,6 %	40.779	37.084	10,0 %
Recursos totais de clientes	112.807	104.576	7,9 %	75.384	70.906	6,3 %	37.423	33.670	11,1 %
Recursos de clientes de balanço	92.284	86.415	6,8 %	58.514	55.603	5,2 %	33.770	30.812	9,6 %
Depósitos e outros recursos de clientes	90.731	85.096	6,6 %	56.961	54.284	4,9 %	33.770	30.812	9,6 %
Débitos para com clientes titulados	1.554	1.318	17,8 %	1.554	1.318	17,8 %	0	0	0,0 %
Recursos de clientes fora de balanço	20.523	18.162	13,0 %	16.870	15.304	10,2 %	3.653	2.858	27,8 %
Ativos sob gestão	7.099	6.240	13,8 %	4.454	4.286	3,9 %	2.645	1.953	35,4 %
Ativos distribuídos	8.373	7.288	14,9 %	7.543	6.592	14,4 %	830	696	19,2 %
Seguros de poupança e de investimento	5.051	4.633	9,0 %	4.873	4.425	10,1 %	178	208	(14,5 %)
Crédito a clientes (bruto)	63.423	59.162	7,2 %	43.923	40.083	9,6 %	19.500	19.079	2,2 %
Particulares	38.686	36.789	5,2 %	25.078	22.570	11,1 %	13.608	14.219	(4,3 %)
Hipotecário	30.746	29.214	5,2 %	22.296	20.015	11,4 %	8.450	9.200	(8,2 %)
Pessoal	7.941	7.574	4,8 %	2.782	2.555	8,9 %	5.159	5.019	2,8 %
Empresas	24.737	22.373	10,6 %	18.845	17.513	7,6 %	5.892	4.860	21,2 %
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Imparidade total do crédito (balanço)	1.395	1.419	(1,7 %)	783	777	0,8 %	612	642	(4,6 %)
Imparidade total do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,2 %	2,4 %		1,8 %	1,9 %		3,1 %	3,4 %	
Stock de NPE (crédito)	1.480	1.718	(13,9 %)	746	841	(11,4 %)	734	876	(16,3 %)
NPE / Crédito a clientes	2,3 %	2,9 %		1,7 %	2,1 %		3,8 %	4,6 %	
Imparidade total do crédito (balanço) / NPE	94,3 %	82,6 %		105,0 %	92,4 %		83,4 %	73,3 %	
Crédito reestruturado	1.054	1.396	(24,5 %)	588	837	(29,8 %)	466	559	(16,6 %)
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	1,7 %	2,4 %		1,3 %	2,1 %		2,4 %	2,9 %	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	35	38		33	33		41	47	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

DEMONSTRAÇÕES INTERCALARES CONDENSADAS DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

	(Milhares de euros)	
	31 março 2026	31 março 2025
Juros e proveitos equiparados	1.056.722	1.135.339
Juros e custos equiparados	(318.372)	(414.282)
MARGEM FINANCEIRA	738.350	721.057
Rendimentos de instrumentos de capital	0	20
Resultados de serviços e comissões	217.993	201.429
Ganhos / (perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados	7.730	33.771
Ganhos / (perdas) cambiais	29.791	2.645
Resultados de contabilidade de cobertura	2.195	1.958
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	10.061	(8.850)
Outros proveitos / (custos) de exploração	(41.152)	(59.063)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	964.968	892.967
Custos com o pessoal	196.356	188.087
Outros gastos administrativos	118.355	113.038
Amortizações e depreciações	40.215	38.595
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	354.926	339.720
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	610.042	553.247
Resultados de modificações	(362)	(4.179)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(58.083)	(76.107)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	568	(2.444)
Imparidade de outros ativos	(3.129)	(4.004)
Outras provisões	(87.062)	(104.447)
RESULTADO OPERACIONAL	461.974	362.066
Resultados por equivalência patrimonial	15.763	13.450
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	2.314	2.727
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	480.051	378.243
Impostos		
Correntes	(42.056)	(3.070)
Diferidos	(94.890)	(109.173)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	343.105	266.000
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	0	0
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	343.105	266.000
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	305.778	243.452
Interesses que não controlam	37.327	22.548
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	343.105	266.000
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,082	0,063
Diluído	0,082	0,063

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS INTERCALARES CONDENSADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Milhares de euros)

	31 março 2026	31 dezembro 2025	31 março 2025
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.280.198	4.089.540	3.159.350
Disponibilidades em outras instituições de crédito	224.299	186.011	326.753
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	1.066.842	861.245	1.282.203
Crédito a clientes	58.653.659	57.406.675	54.638.175
Títulos de dívida	25.464.474	24.538.875	24.053.647
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	2.091.864	1.063.264	1.473.196
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	351.815	353.619	343.792
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	36.991
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15.005.852	16.045.772	13.583.537
Derivados de cobertura	73.769	32.365	70.733
Investimentos em associadas	470.057	455.176	447.180
Ativos não correntes detidos para venda	65.113	68.928	43.717
Propriedades de investimento	5.081	5.011	21.382
Outros ativos tangíveis	571.931	581.846	603.377
Goodwill e ativos intangíveis	319.250	322.683	276.496
Ativos por impostos correntes	18.854	22.380	24.831
Ativos por impostos diferidos	1.668.825	1.744.370	2.113.518
Outros ativos	1.737.727	1.555.167	1.795.379
TOTAL DO ATIVO	111.069.610	109.332.927	104.294.257
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições de crédito e outros empréstimos	742.481	878.571	876.090
Depósitos de clientes e outros empréstimos	88.829.064	87.672.860	83.353.842
Títulos de dívida não subordinada emitidos	3.849.833	3.893.593	3.743.851
Passivos subordinados	1.373.684	1.411.658	1.395.376
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	115.884	152.729	219.390
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.455.088	3.614.335	3.060.694
Derivados de cobertura	37.959	42.728	24.694
Provisões	1.202.477	1.238.513	1.166.508
Passivos por impostos correntes	84.771	86.354	83.337
Passivos por impostos diferidos	5.783	5.824	4.315
Outros passivos	1.704.478	1.275.005	1.817.057
TOTAL DO PASSIVO	101.401.502	100.272.170	95.745.154
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	464.659	464.659	384.402
Reservas e resultados acumulados	3.888.052	2.913.463	3.366.995
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	305.778	1.018.647	243.452
Interesses que não controlam	1.593.148	1.247.517	1.137.783
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	9.668.108	9.060.757	8.549.103
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	111.069.610	109.332.927	104.294.257

GLOSSÁRIO

Ativo médio - média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período.

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Capitais próprios médios - média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com ativos com acordo de recompra detidos para negociação, derivados de negociação e operações de crédito) e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade (excluindo ativos com acordo de recompra), títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade (excluindo ativos com acordo de recompra), títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito performing – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações e depreciações.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - depósitos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

EPS (*Earnings per share*) - resultado por ação, considerando a relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI (caso existam), e o número médio de ações.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) de aplicações em instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro

rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (*Core income*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (*cost-to-core income*) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (*cost-to-income*) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio *loan to value* (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo médio. Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI (caso existam), e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (“ROTE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI e da imparidade do *goodwill* (caso existam), e os capitais próprios médios excluindo o *goodwill* e os ativos intangíveis. Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (*Core operating profit*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – ganhos/(perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados, ganhos/(perdas) cambiais, resultados de contabilidade de cobertura e ganhos/(perdas) com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“*unit linked*”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem caráter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2026 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros três meses de 2026 e de 2025 não foram objeto de auditoria.